

Como transformar o cenário de inundações em Belo Horizonte?

Estudo de alternativas para a vida na cidade com implantação de infraestruturas verdes e azuis



lembra:
isto é rio

Escola de
Arquitetura

UFMG

O que você encontra
neste documento:

2 Introdução

3 Como as
águas de Belo
Horizonte têm
sido tratadas

5 Proposta de
alternativas:
infraestruturas
verdes e azuis

7 Leitão:
exemplo
para todo o
município

9 Infraestruturas
sugeridas
Telhado verde
Pavimento permeável
Reservatório individual
Trincheira de infiltração
Jardim de chuva

13 Estudo de caso:
redução de
inundações na
bacia do Leitão
Exemplos de paisagens:
R. Teixeira de Freitas
Av. Bento Simão
Av. Augusto de Lima

18 Questões
atuais sobre
o manejo das
águas de chuva
no município

19 Ferramentas e
políticas urbanas
de gestão das
águas pluviais em
Belo Horizonte

21 Conclusões

Desde o planejamento de Belo Horizonte (BH), as **águas das chuvas e dos cursos d'água** têm sido tratadas como inimigas, sendo **escondidas e expulsas da cidade**. Grandes obras têm sido justificadas como necessárias para acabar com as **inundações frequentes**, que se repetem a cada temporada de chuvas. No entanto, tal modelo está obsoleto e apresenta respostas insuficientes às questões da vida na cidade. No contexto de aquecimento global e ocorrência mais frequente de eventos climáticos extremos, é urgente buscar soluções funcionais e sustentáveis para o manejo das águas pluviais.

Pensando no cotidiano da cidade, em seus espaços e em propostas factíveis de implantação a curto, médio e longo prazo, este documento foi elaborado com o objetivo de **apresentar alternativas para lidar com as inundações e conviver com as chuvas**, e dialogar com a Prefeitura de Belo Horizonte, gestores(as) e tomadores(as) de decisão e habitantes do município.

Apresentamos um estudo que simula a **implantação de infraestruturas verdes e azuis**, como jardins de chuva e telhados verdes, a partir da adaptação de edificações, lotes, quarteirões e vias na bacia hidrográfica do córrego do Leitão, na região Centro-sul do município. Os resultados mostram que **implantando as técnicas em metade das áreas** disponíveis na região, as **inundações são quase zeradas**, mesmo nessa área da cidade de urbanização consolidada.

Como as águas de Belo Horizonte têm sido tratadas ao longo do tempo

O modelo de políticas e obras implantado no planejamento da cidade partiu de um pressuposto de **controle da natureza** por meio da engenharia, desconsiderando a presença e o caminho das águas. Essa abordagem foi preponderante nas grandes cidades ocidentais no século XIX, quando as populações urbanas cresceram muito e a desigualdade social e as condições sanitárias precárias eram características das cidades. Nessa época, também havia a ideia de que o ser humano deveria exercer o máximo de controle sobre o meio ambiente. A **presença das águas** passou a ser encarada como **inimiga da saúde pública** e o manejo das águas pluviais busca **mandar as chuvas (e esgotos) embora o mais rápido possível**, direcionando-as para os cursos d'água principais que estão localizados nos pontos mais baixos do relevo (fundos de vale). Houve, assim, a **gradual exclusão dos cursos d'água** da paisagem e do cotidiano da cidade.

Ao longo do século XX, houve intenso **crescimento das cidades** brasileiras, em um **processo de urbanização precarizado**, no qual a população pobre foi morar em regiões cada vez mais afastadas das áreas com infraestrutura. Ao mesmo tempo, a ocupação urbana avançou para as várzeas dos rios (áreas de inundação), áreas de nascentes e outras regiões importantes para o manejo das águas pluviais. Nesse processo, ocorreram o aterramento de nascentes e brejos, a canalização dos cursos d'água e sua transformação em avenidas, além da supressão das matas e a intensa impermeabilização do solo. Isso tem provocado a diminuição da infiltração das águas de chuva no solo e o aumento da quantidade e da velocidade do escoamento superficial. **SA** esses fatores, somam-se a emergência climática, com alterações nos regimes das chuvas e secas. Essas são as **principais causas das inundações e enxurradas**, cada vez mais intensas, que acontecem em todo o município e se repetem a cada estação de chuvas.

lembra:
isto é rio



Obra de retificação do córrego do Leitão na av. Álvares Cabral, 1928. Blog Curral del Rey.



Faixa celebrativa do tamponamento do córrego do Leitão, "Esse córrego não encherá mais", na rua São Paulo, 1972. Fragmento de vídeo, Museu da Imagem e do Som - Belo Horizonte.



Placa propondo imaginar a reabertura do córrego do Leitão, rua Padre Belchior, 2013. Piseograma.



Impactos de chuva histórica na Praça Marília de Dirceu, 2020. Fragmento de vídeo do jornal Bom Dia Minas.

O **manejo das águas pluviais** é um componente do **saneamento básico** (juntamente com o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e o manejo dos resíduos sólidos). As obras e políticas de manejo de águas pluviais visam tanto **reduzir** a parte da chuva que vira **escoamento superficial** quanto **direcioná-la** para não trazer prejuízos — à saúde, às moradias, perda de vidas, etc.

Vale dizer que **não é possível anular o risco de inundações e enchentes**, pois estes são **fenômenos de resposta às chuvas**, que acontecem principalmente devido ao **aumento da quantidade de água que chega nos cursos d'água nos períodos chuvosos**. A cidade de Belo Horizonte ocupou e vem ocupando as áreas inundáveis dos cursos d'água, mas é importante **tornar nossa cidade** cada vez mais **resiliente** e adaptável **às estações chuvosas**, por meio de obras estruturantes e **valorização** e implementação de medidas de planejamento, gestão e **contingências/emergências**. Um caminho para isso é a incorporação de infraestruturas verdes e azuis no espaço urbano.

Infraestruturas verdes e azuis

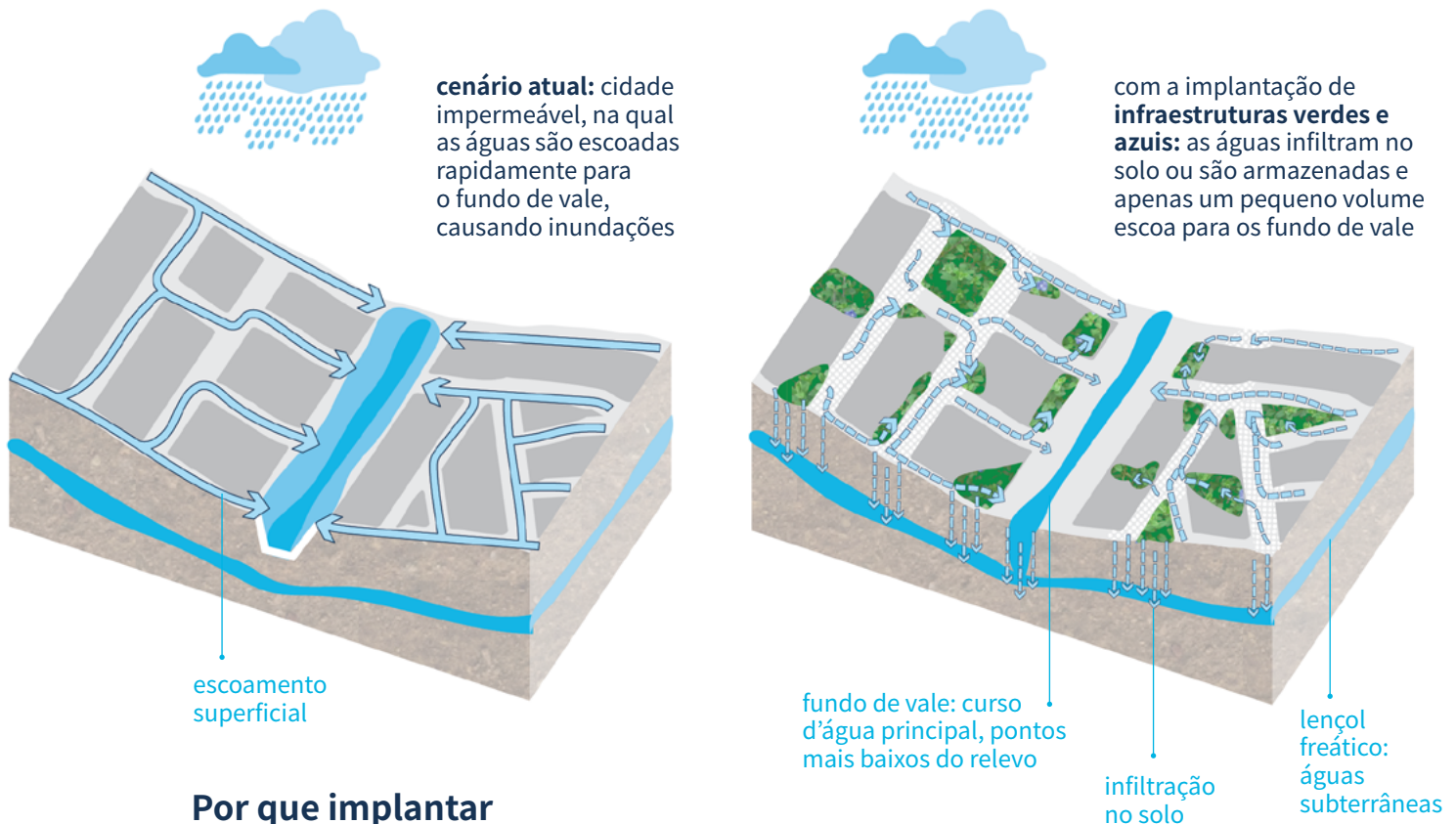
Trata-se de **redes multifuncionais de elementos naturais e construídos como telhados verdes, parques ciliares, jardins, etc.** Elas são pensadas para promover o **manejo difuso das águas**, diminuindo o impacto causado pelas chuvas no espaço ocupado pelas pessoas.

Infraestruturas verdes e azuis, gestão integrada de água urbana, desenho urbano sensível à água, controle na fonte, técnicas compensatórias, sistemas de drenagem urbana sustentáveis e medidas de controle de água da chuva são diferentes nomes e propostas para tais redes.

Neste documento, falamos de infraestruturas verdes e azuis porque propomos alternativas ao padrão de ocupação e urbanização da cidade, com **estruturas inspiradas em ecossistemas saudáveis**.

A água tratada — absorvida, armazenada — por uma estrutura compensa a impermeabilização de outras áreas; ou seja, representam **benefícios coletivos**, mesmo para áreas diferentes daquelas onde foram implantadas as estruturas.

As formas atuais das cidades e as estruturadas usadas em cobertura, pavimentação e drenagem — das casas, vias e sistemas de drenagem — são soluções que resultam na impermeabilizam o solo, o que e aceleram a velocidade de escoamento das águas das chuvas, para que sejam rapidamente transportadas e não se acumulem. Isso faz com que as águas cheguem rapidamente aos cursos d'água principais, aumentando as chances de inundações. Diante disso, as infraestruturas verdes e azuis preveem **ações para aumentar a permeabilidade e diminuir a velocidade de escoamento** das águas das chuvas.



Por que implantar infraestruturas verdes e azuis?

Alguns **benefícios** da implantação das técnicas são:

- **sistema** de manejo das águas de chuva **distribuído e eficiente**, diminuindo a necessidade de grandes obras;
- **ecossistêmicos**, como a criação de habitats, corredores ecológicos e a proteção da biodiversidade;
- **econômicos**, como a redução do consumo de energia elétrica e dos prejuízos financeiros causados pelas inundações;
- **adaptações às alterações climáticas**, como a mitigação das ilhas de calor e a redução da temperatura nos ambientes externos e internos;
- **para a saúde**, com a melhoria da qualidade do ar e a criação de oportunidades de lazer, recreação e prática de atividades físicas;
- **benefícios coletivos** para toda a bacia hidrográfica, com melhorias paisagísticas e da qualidade das águas, redução das emissões de gases de efeito estufa e aumento da vazão natural dos córregos na estação seca.

A implantação dessas estruturas é considerada pela Prefeitura de Belo Horizonte, na “Instrução técnica para elaboração de estudos e projetos de drenagem” (2023), como premissa para as intervenções relacionadas ao manejo das águas de chuva no município. Ainda que existam estudos comprobatórios e instruções técnicas robustas sobre os benefícios dessas técnicas, vemos **resistência política à sua efetivação**, e a **velocidade de implantação é muito menor** do que aquela **exigida em momento de emergência climática**.

Bacia hidrográfica do Leitão: exemplo para todo o município

Estudar a bacia do córrego do Leitão pode nos ajudar a compreender alternativas para o planejamento, gestão e urbanização de diferentes pontos da cidade. Conheça alguns motivos:

Localização da bacia do Leitão

Existem relações políticas e históricas que direcionam grande parte dos recursos e atenções do município para a região.

Desde o **arraial Curral del Rey**, no século XIX, antes da construção de BH, já existiam importantes referências ao longo da bacia do Leitão, como parte do núcleo urbano do arraial, as fazendas do Leitão e do Capão e casas ao longo da estrada para Venda Nova.

No momento de **planejar a nova capital**, parte da bacia já foi incluída no núcleo urbano e, juntamente com os Córregos da Serra e Acaba Mundo, o Córrego do Leitão é um dos três principais cursos d'água que atravessam a área central de Belo Horizonte.

Localizada atualmente na **regional Centro-Sul**, a bacia recebe muitos investimentos públicos em infraestrutura. Ainda assim, desde a criação da capital, ela tem sido frequentemente afetada com inundações. Observa-se que isso não se deve à falta de recursos, mas ao modelo de urbanização adotado pelo município.

A **urbanização consolidada** da região apresenta grande taxa de impermeabilização. Sendo assim, adaptações com infraestruturas verdes e azuis e resultados significativos ali podem ser ainda mais relevantes em outras partes da cidade, menos impermeabilizadas.

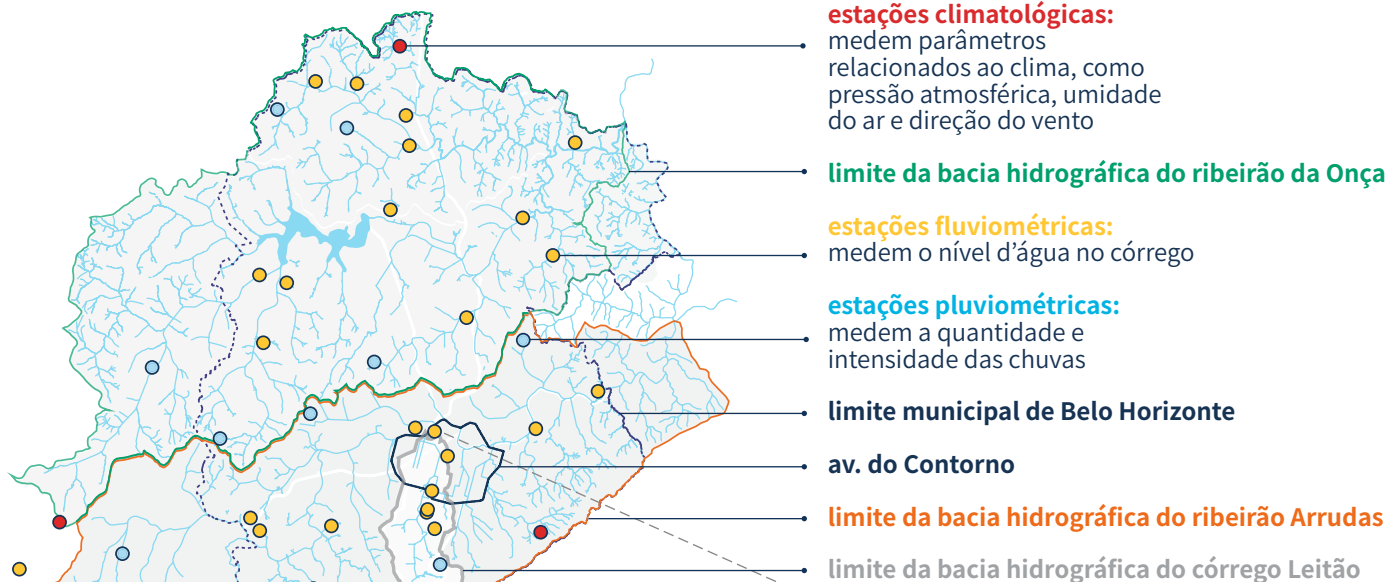
Bacia hidrográfica como unidade de planejamento

Considerar as características do relevo, solo e vegetação e dos caminhos naturais das águas é uma diretriz prevista para o manejo das águas pluviais em Belo Horizonte.

Estações para monitoramento

7 das 42 estações pluviométricas (volume de chuva) e fluviométricas (nível do curso d'água) da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap) foram instaladas nesta bacia, o que trouxe dados precisos para calibração e validação deste estudo bem como demonstra a importância da região para se pensar o manejo das águas de chuva no município.

Localização da bacia do Leitão



Locais na bacia do Leitão



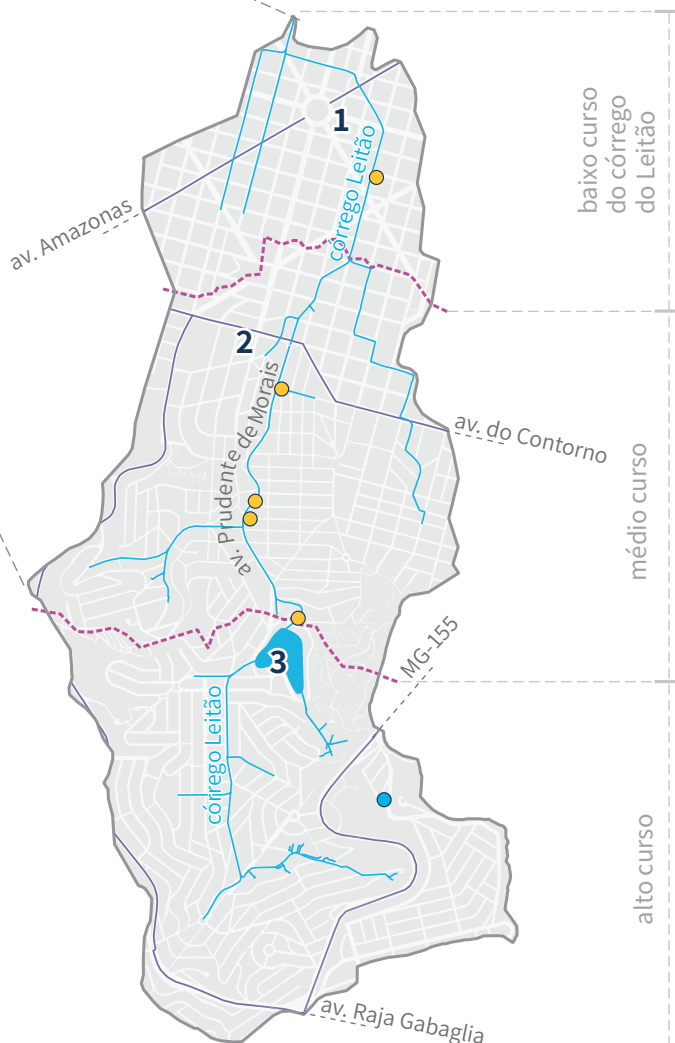
1 Mercado Central



2 Praça Marília de Dirceu



3 Barragem Santa Lúcia (bacia de detenção)



Infraestruturas verdes e azuis sugeridas para o Leitão

Para escolher as técnicas viáveis, observamos:

- capacidade de infiltração do solo;
- rede de áreas verdes existente;
- profundidade do lençol freático;
- área ocupada e impermeável;
- relevo;
- declividade das vias e terrenos;
- largura das vias;
- área e tipo dos telhados.

Pavimento permeável

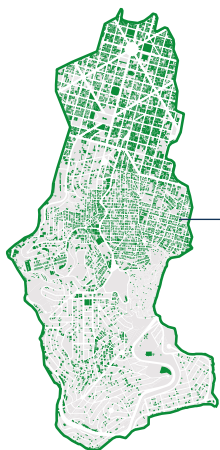
- vias planas, com mais de 12 m e de baixa velocidade
- 705 trechos de vias poderiam receber esse tratamento (total: 1.877 trechos)
- área média do trecho: equivalente a 1,5 quarteirões da av. Prudente de Moraes

áreas mais propícias: região central, no baixo curso do córrego do Leitão e bairro Belvedere, no alto curso — regiões mais planas, onde a água escoar mais devagar e a água infiltra no solo



Telhado verde

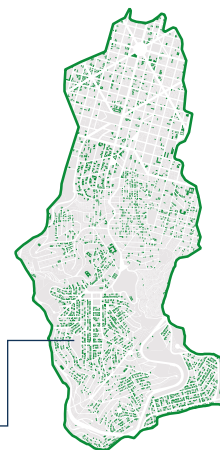
- construções com lajes planas e cobertura maior ou igual a 100 m²
- quantidade máxima de edificações que poderiam receber telhados verdes: 7.941 telhados (total: 17.990 edificações)
- área média dos telhados verdes: 302 m²
- áreas mais propícias: área central da cidade e bairro Santo Antônio — regiões mais verticalizadas, com alta concentração de edifícios de médio e grande porte



Reservatório individual

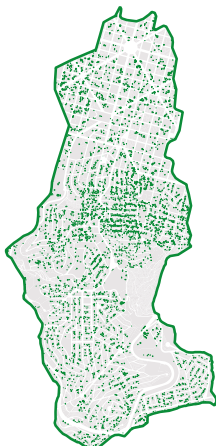
- telhados com telhas e área de chão disponível
- quantidade total de reservatórios individuais propostos: 3.422 (total: 17.990 edificações)
- volume médio do reservatório: 9,5 m³ (equivalente ao consumo total de 3 pessoas em um mês apontado pela ONU)

áreas mais propícias: regiões de ocupação tipicamente residencial



Jardim de chuva

- lotes com área permeável disponível para receber a drenagem do telhado (caso também fossem consideradas as áreas públicas, os resultados seriam maiores!)
- quantidade total de jardins de chuva: 4.978 (total: 11.020 lotes)
- área média: 34 m²

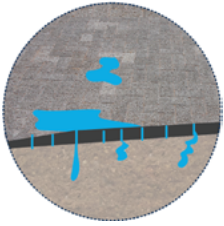


Trincheira de infiltração

- lotes maiores que 400 m² e distantes dos cursos d'água, com área impermeável disponível
- quantidade de trincheiras: 2.260 (total: 11.020 lotes)
- área média da trincheira: 12 m²

áreas mais propícias: região central da cidade e proximidades, onde há terrenos mais extensos





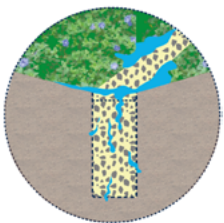
Pavimento permeável

O que é: sistema de pavimentação feito de materiais drenantes (que permitem a infiltração de água pela sua superfície), como concreto permeável, asfalto poroso e bloco de concreto intertravado. Pode estar associado a um reservatório e ser usado em ruas, calçadas, praças e no interior dos lotes.

Função: infiltração de água no solo.

Escala de tratamento: 1 m² construído trata 1 m² de área impermeável.

Benefícios: filtragem da água, reduzindo a poluição difusa que chega aos cursos d'água; redução do calor urbano nas proximidades da instalação; redução da velocidade de escoamento superficial, diminuindo o risco associado às enxurradas.



Trincheira de infiltração

O que é: vala para armazenamento de água, preenchida com material de maior capacidade de retenção hídrica que o solo ao redor, como a brita.

Função: armazenamento, infiltração, redução da velocidade e do volume do escoamento superficial.

Escala de tratamento: uma trincheira de 20 m de comprimento e 60 cm de largura poderia tratar uma área impermeável de cerca de 100 m².

Benefícios: resfriamento e melhoria climática no entorno do local; controle da erosão; recarga do lençol freático; tratamento da poluição difusa; pode ser um recurso estético e paisagístico.

Gestão: a camada de filtragem, que corresponde aos 15 cm superiores, precisa ser substituída periodicamente, de acordo com a quantidade de resíduos e sólidos que chegam na trincheira, para garantir a capacidade de infiltração e armazenamento.

Gestão: realizada pelos proprietários do edifício ou pela prefeitura, em caso de áreas públicas. Exige capina e limpeza da superfície, bem como substituição periódica da areia para manutenção da capacidade de infiltração.

Custos*: aumento de 80% no custo comparado ao de um pavimento asfáltico comum. Custo anual de manutenção de cerca de R\$ 1.100.

Caminhos para implantação em BH: poderiam ser implantados em passeios, áreas e faixas de estacionamento, vias com fluxo de veículos leves. Sua implantação também reduz os custos com a rede de drenagem tradicional.

Atenção: a inclinação máxima do terreno ou via deve ser de 5%. Os pavimentos permeáveis devem ser feitos em camadas, dimensionadas para a quantidade de água que se deseja coletar e considerando as cargas de tráfego.

Custos*: o custo de uma trincheira de 20 m, que trata uma área impermeável de 100 m² é estimado em R\$ 10 mil, além do custo de substituição da camada superficial de filtragem (15 cm), de cerca de R\$ 600.

Caminhos para implantação em BH: as trincheiras podem ser preenchidas com resíduos inertes da construção civil, contribuindo para solução da escassez de espaços no município destinados a esses resíduos.

Atenção: é necessário ter, ao lado de todas as trincheiras, uma faixa gramada que servirá como barreira para detritos, de modo a evitar o acúmulo de sedimentos nas valas. Deve-se manter uma distância de, pelo menos, 1,5 m entre o fundo da trincheira e o lençol freático. Além disso, a declividade máxima é de 10% do terreno.

* Os custos simulados partem das Instruções Técnicas da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e da tabela de preços da Sudecap.



Telhado verde

O que é: sistema de cobertura que usa solo e vegetação, permitindo a infiltração e armazenamento temporário da água da chuva no substrato e na camada drenante sobre a laje. Caso combinado com um sistema de armazenamento de água, o telhado verde se torna, também, um telhado azul.

Função: infiltração e retenção das águas da chuva, diminuindo o volume e a velocidade do escoamento superficial e retardando a chegada das águas ao curso d'água principal.

Escala de tratamento: 1 m² construído trata 1 m² de área impermeável.

Benefícios: a camada de vegetação proporciona conforto térmico à edificação e alimento para pessoas e animais, a depender das plantas usadas; fixação de gás carbônico; redução do efeito da ilha de calor na cidade.

Gestão: realizada pelos proprietários/gestores da edificação. Edificações públicas com grandes áreas cobertas por laje são candidatas prioritárias para receber telhados verdes.

Custos*: pela sobrecarga estrutural e demanda de poda, replantio e irrigação (a depender da espécie), é a mais cara das técnicas analisadas. O custo estimado de implantação em um telhado de 100 m² é R\$ 22 mil, com custo anual de manutenção da ordem de R\$ 600.

Caminhos para implantação em BH: usar materiais consolidados no mercado pode facilitar e baratear a implantação, como argamassa para proteção da impermeabilização contra raízes e britas ou argila expandida na camada de drenagem.

Atenção à estrutura da construção, devido aumento de carga na laje.



Reservatório individual

O que é: estrutura que coleta e armazena as águas dos telhados.

Função: captar, armazenar e liberar águas de chuva, que podem ser direcionadas a outros reservatórios ligados em série.

Escala de tratamento: depende da capacidade do reservatório, mas 3 m³ podem tratar cerca de 100 m² de área impermeável.

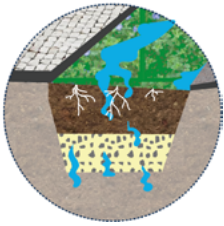
Benefícios: São eficazes em chuvas de diferentes durações e intensidades e reduzem o volume de água à jusante. A água armazenada pode ser liberada aos poucos para o sistema de drenagem ou reaproveitada em diferentes usos domésticos, como irrigação e descarga.

Gestão: a manutenção é simples e demanda apenas limpeza periódica.

Custos*: um microreservatório de concreto armado com 3 m³ de volume útil, capaz de tratar uma área impermeável de 100 m², tem custo estimado em R\$ 9 mil.

Caminhos para implantação em BH: é exigido pela legislação desde a década de 1990. Com o novo projeto-tipo definido pela prefeitura, os reservatórios serão mais eficientes no controle de inundações. Para vilas e favelas, é a técnica mais indicada neste estudo, pois não implica em infiltração no solo — esta não é indicada em áreas com risco geológico —, além de ser barata e não demandar muito espaço livre.

Atenção: Para que parte da água da chuva possa ser reaproveitada, o reservatório precisa ter um volume extra. Além disso, pode ser necessário um sistema de bombeamento.



Jardim de chuva

O que é: técnica simples que prevê o direcionamento da água da chuva para áreas permeáveis tratadas para aumentar sua capacidade de infiltração. Desconectando a água do sistema de drenagem urbana, a taxa de infiltração aumenta ao longo da bacia. Pode haver algum material drenante abaixo do solo, para aumentar a capacidade de infiltração.

Obs.: a escolha da **vegetação** deve levar em conta plantas que suportem suas raízes submersas e períodos de seca. Plantas nativas podem ser usadas para cobertura direta do solo, como: a grama amendoim (*Arachis repens*); plantas herbáceas, como a penicilina (*Alternanthera brasiliana*) e a maranta (*Ctenanthe setosa*); arbustivas, como a carqueja (*Baccharis crispa*) e a ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*); ou mesmo plantas de porte arbóreo, como o mulungu (*Erythrina speciosa*).

Função: infiltração, ao direcionar a água da chuva para áreas que possuam capacidade drenante.

Escala de tratamento: 1 m² de área permeável trata 5 m² de área impermeável.

Benefícios: a evapotranspiração das plantas aumenta a umidade do ar. A retenção e infiltração da água da chuva no solo podem tratar a poluição difusa e reduzir a quantidade de sedimentos que chegam aos cursos d'água. Os jardins podem atuar na produção de alimento, de remédios naturais, no conforto climático, no tratamento de águas poluídas, como espaços terapêuticos, entre outros.

Gestão: pode ser feita pelos proprietários da edificação ou por órgãos públicos e pelo município, com possibilidade de participação da população local na manutenção dos jardins.

Custos*: um jardim de chuva com área de 20 m² pode tratar uma área impermeável de 100 m², com um custo de R\$ 7 mil. A manutenção inclui capina e replantio da vegetação e é estimada em R\$ 200 por ano.

Caminhos para implantação em BH: jardins existentes de qualquer área podem ser transformados em jardins de chuva ao receberem uma camada de brita e material geotêxtil, conforme indicado na norma técnica da PBH.

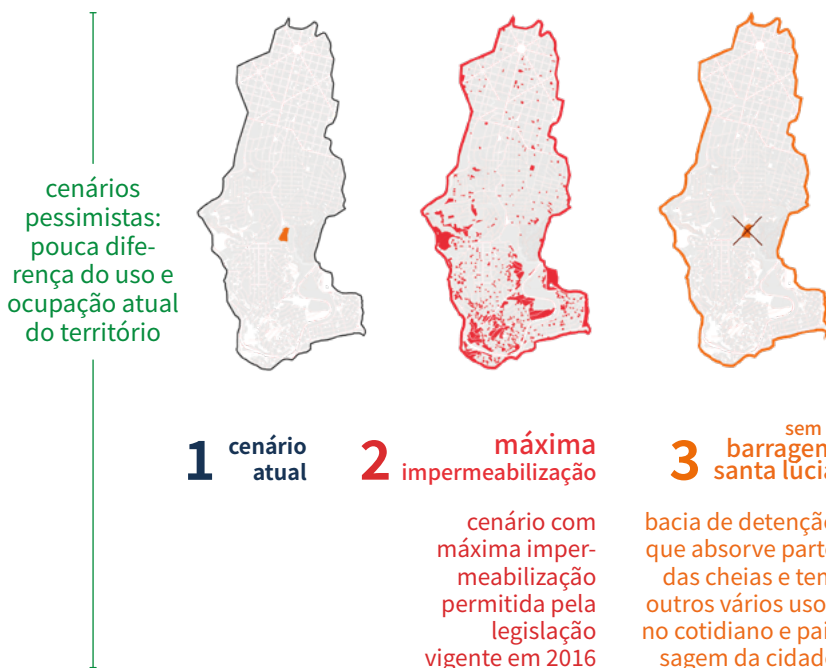
Atenção à capacidade de infiltração do solo. Em solos argilosos, por exemplo, a técnica deve ser combinada com outra técnica de armazenamento. As áreas de recepção da água não devem ultrapassar 5% de inclinação para que a velocidade do escoamento superficial não seja alta.

Para saber detalhes de como aplicar essas técnicas, veja a [Instrução Técnica para Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem \(2023\)](#) da PBH!

Estudo de caso: a bacia do córrego do Leitão

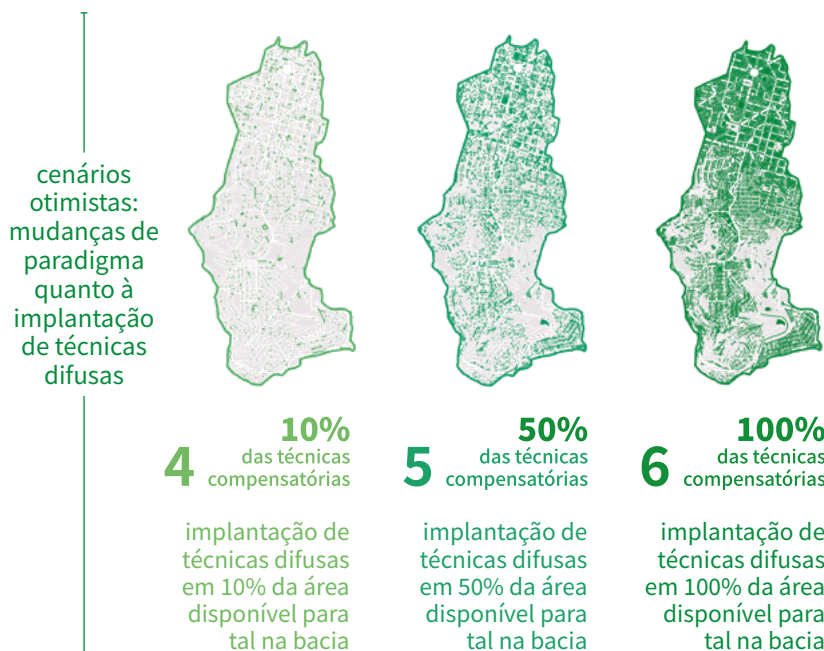
Construção de cenários

Buscando entender o comportamento das águas e dos sistemas hidráulicos e as possibilidades de redução inundações na bacia do Leitão, elaboramos 6 cenários de estudo, com a implantação de infraestruturas verdes e azuis e com urbanização no modelo atual acentuada.



*Este estudo é baseado na dissertação “Resposta hidrológica de uma bacia hidrográfica urbana à implantação de técnicas compensatórias de drenagem urbana - bacia do córrego do Leitão, Belo Horizonte, Minas Gerais”, de Deyvid Rosa (2017).

Bacia de retenção construída em 1970, a partir da desapropriação de parte do Morro do Papagaio. Diferentemente de outras barragens de mesmo objetivo, é usada para o lazer. O processo de assoreamento se intensifica com o avanço da urbanização, o que diminui a capacidade de amortecimento de cheias, de modo que obras de desassoreamento precisam ser realizadas periodicamente.

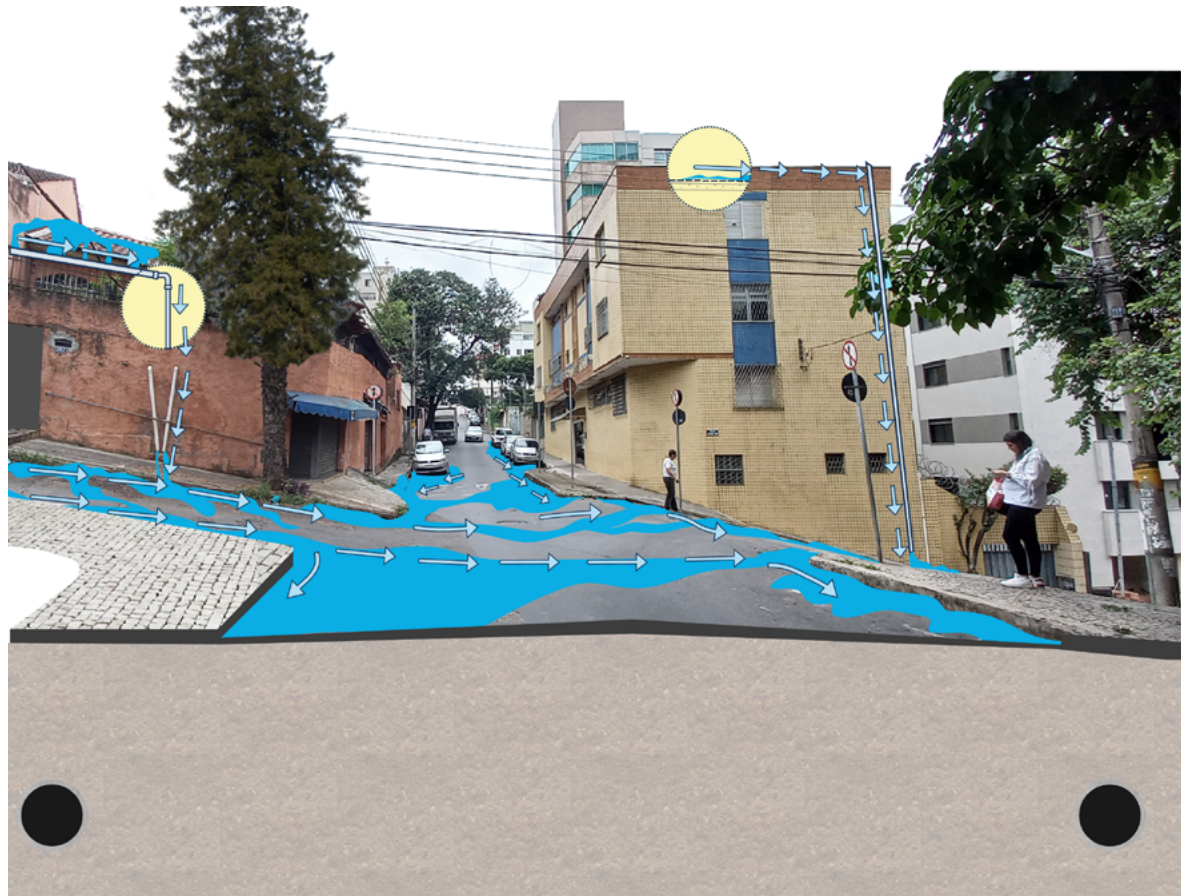


A proposta que apresentamos é a inclusão de uma rede de técnicas difusas, que possam gerar benefícios coletivos para a região da bacia do Leitão, bem como para a continuidade dos cursos d’água que recebem essas águas — o Ribeirão Arrudas, as avenidas Tereza Cristina, Contorno, Andradas até o município de Sabará, quando o Ribeirão Arrudas deságua no rio das Velhas.

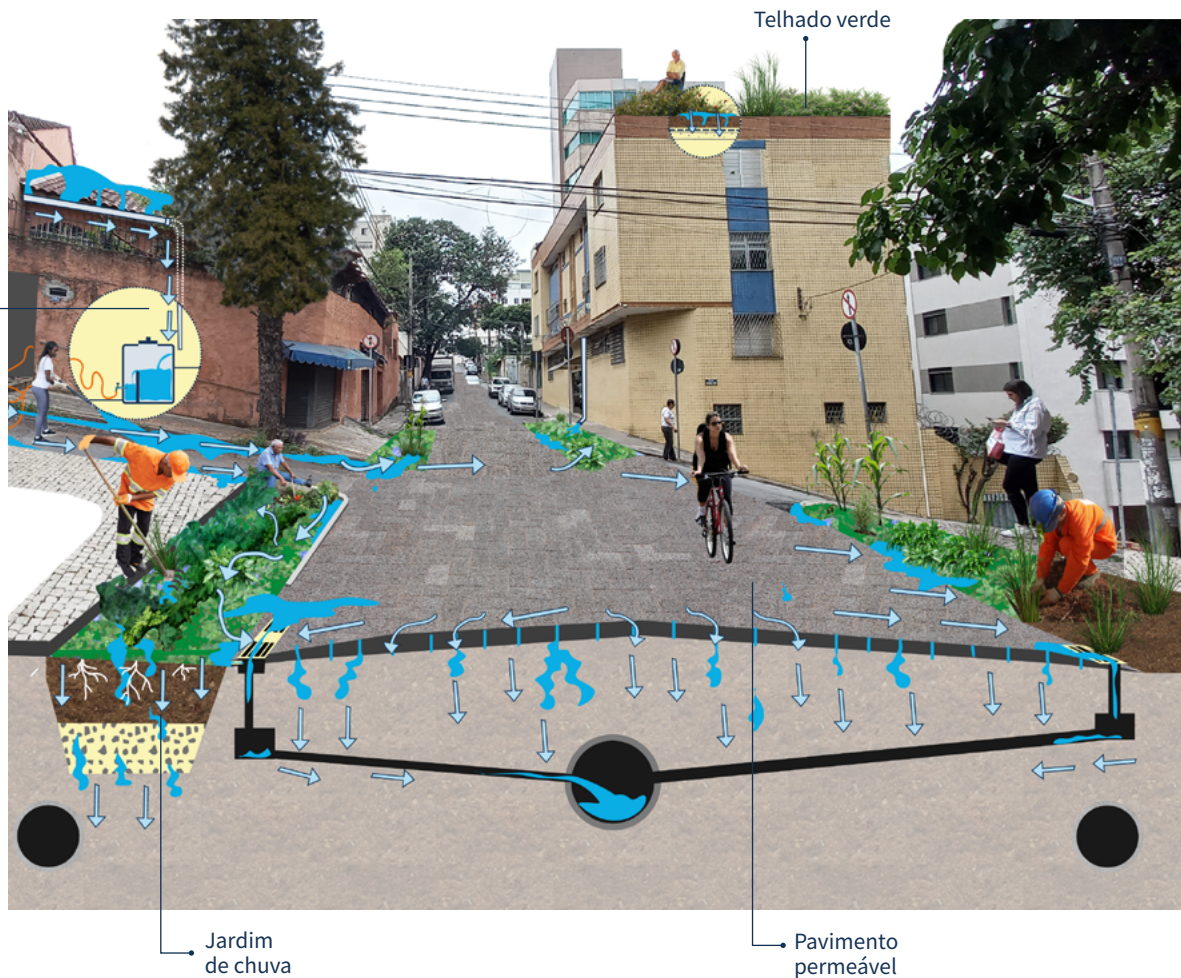


1 **Cenário atual:** a água é totalmente direcionada às redes de drenagem. Em poucos minutos, chega até a Barragem Santa Lúcia.

2 **Cenário com implantação de infraestruturas verdes e azuis:** áreas como jardins, calçadas gramadas e canteiros centrais têm seu solo descompactado para aumentar a permeabilidade e viram jardins de chuva, recebendo águas dos telhados e das ruas. Apenas o excedente de água não captado pelas estruturas é direcionado às redes de drenagem, que passam a funcionar com maior margem de segurança e menor risco de alagamentos e enxurradas.



Cenário atual: a água esco rapidamente pelas vias transversais, muito inclinadas, sendo totalmente direcionada às redes de drenagem, com potencial de formação de enxurradas. Em poucos minutos, o canal da av. Prudente de Moraes está sobrecarregado e pode haver uma inundação.



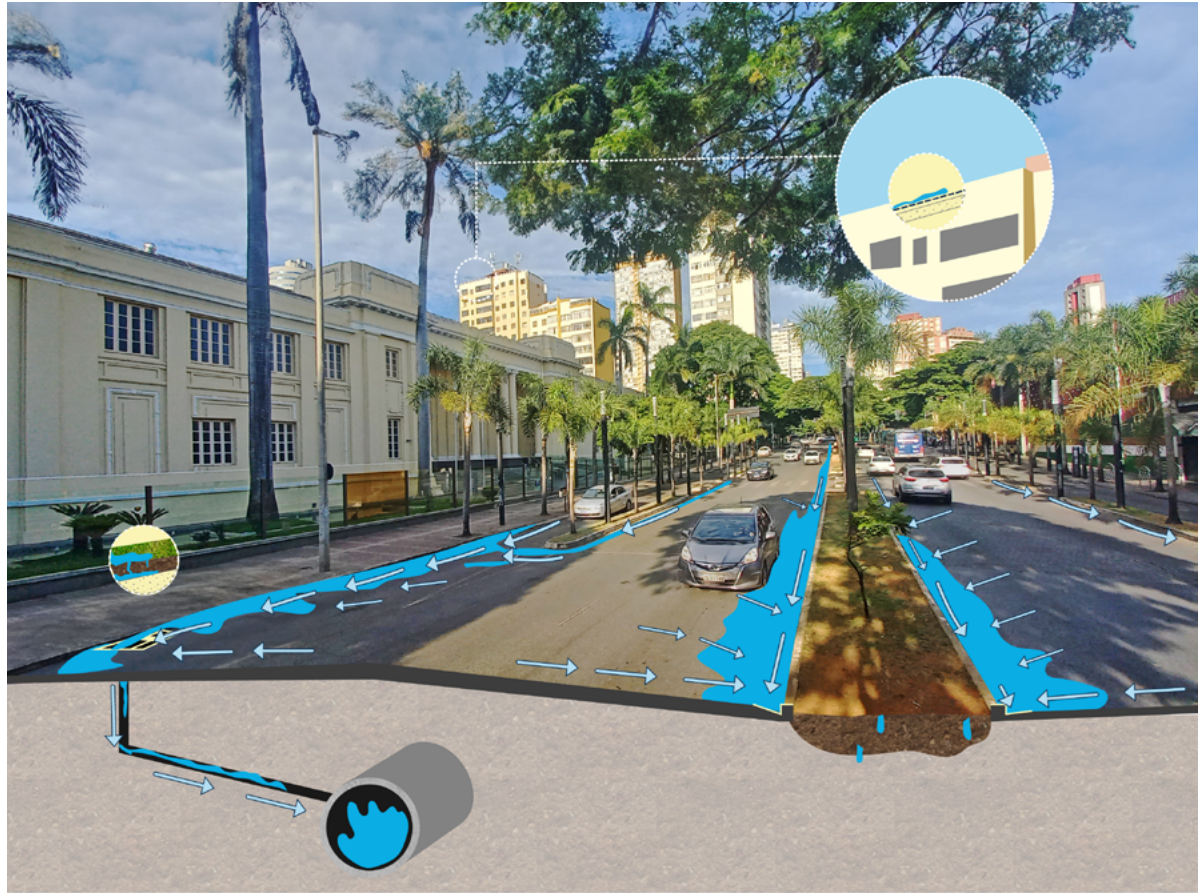
Cenário com implantação de infraestruturas verdes e azuis: grande parte da chuva é captada e armazenada pelas estruturas e apenas o excedente é direcionado às redes de drenagem. Com isso, a rede de microdrenagem pode ser projetada para transportar volumes menores, ficando mais barata do que no cenário sem infraestrutura verde e azul. Os jardins de chuva, construídos nas vias transversais, de menor declividade, ajudam a reduzir a velocidade de escoamento da água pelas vias inclinadas.

Reservatório

Telhado verde

Jardim de chuva

Pavimento permeável



Cenário atual: a água esco rapidamente, sendo totalmente direcionada às redes de drenagem e, em poucos minutos após o início da chuva, chega até o córrego do Leitão e ao ribeirão Arrudas.

→ Telhado verde



Cenário com implantação de infraestruturas verdes e azuis: apenas o excedente de água não captado pelos telhados verdes e jardins de chuva é direcionado às redes de drenagem. Áreas como jardins e canteiros centrais têm seu solo descompactado para aumentar a permeabilidade e viram jardins de chuva, recebendo águas dos telhados e das ruas.

Pavimento permeável

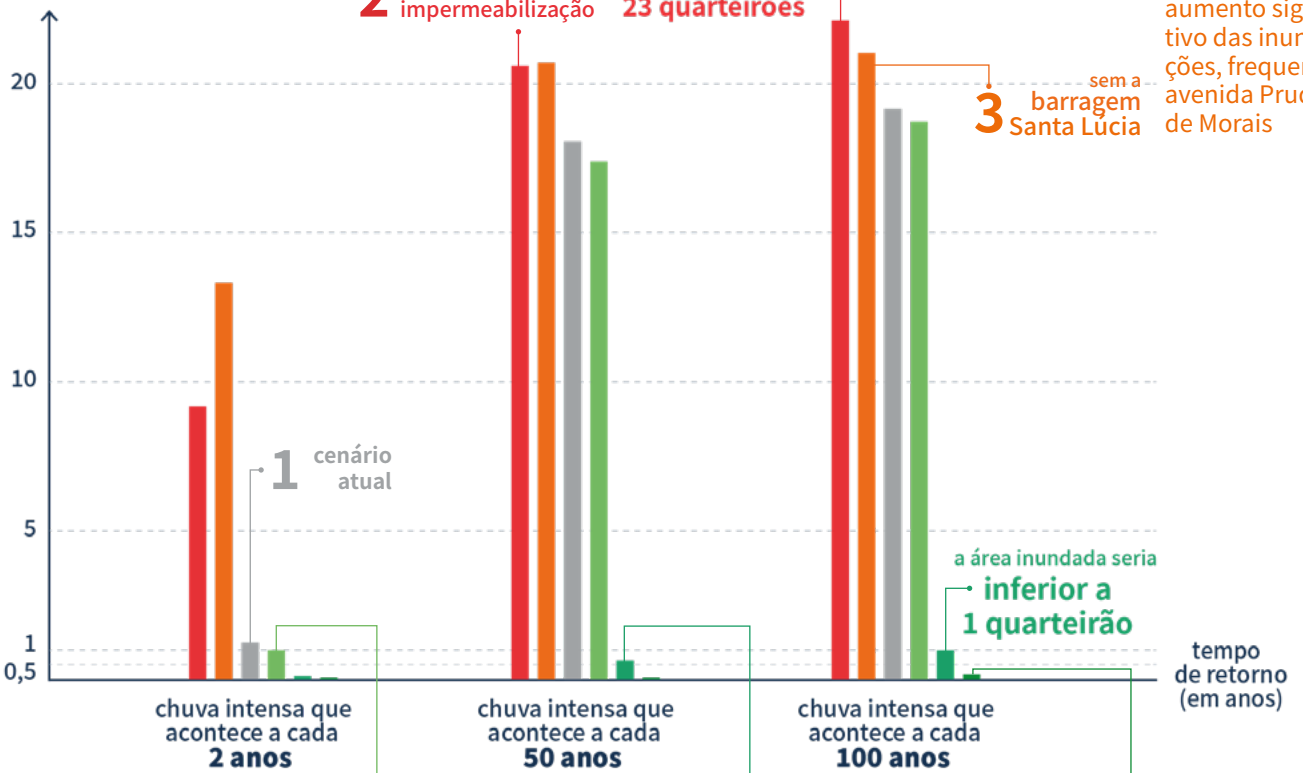
Jardim de chuva

lembra:
isto é rio

Como seriam as inundações



área inundada
(em hectares)



2 máxima impermeabilização

área inundada seria equivalente a **23 quarteirões**

aumento significativo das inundações, frequentes na avenida Prudente de Morais

3 sem a barragem Santa Lúcia

1 cenário atual

a área inundada seria inferior a **1 quarteirão**

tempo de retorno (em anos)

chuva intensa que acontece a cada **2 anos**

chuva intensa que acontece a cada **50 anos**

chuva intensa que acontece a cada **100 anos**

4 **10%** das técnicas compensatórias

5 **50%** das técnicas compensatórias

6 **100%** das técnicas compensatórias

redução de parte das inundações, principalmente para chuvas mais frequentes (TR 2 anos)



inundações praticamente zeradas



Questões atuais sobre o manejo das águas de chuva em Belo Horizonte

Ainda mais sérias nas periferias do município e nas áreas das bacias hidrográficas do Onça e do Arrudas em Contagem e Sabará!

Para saber mais, veja a [Instrução Técnica para Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem \(2023\)](#), da PBH!

- **Ocupação de áreas de risco de inundações**, como planícies de inundações e áreas de risco geológico, em razão das históricas desigualdades econômicas e sociais e da falta de controle de parcelamento do solo e das edificações, o que expõe a população mais vulnerável a maiores riscos de inundações;
- **As maiores inundações** acontecem nos cursos d'água da cidade transformados em "**avenidas sanitárias**", como av. Vilarinho, av. Tereza Cristina e av. Bernardo Vasconcelos;
- Ausência de **redes e interceptores de esgotamento sanitário** em muitos pontos da cidade, além de **lançamentos clandestinos** de esgotos nas redes de chuvas, o que polui os rios e agrava a situação do manejo das águas de chuva;
- **Tempo de resposta muito curto** (tempo que a água demora para escoar pelo território e chegar até o curso d'água principal), devido às grandes declividades características do **relevo** da região, à alta **taxa de impermeabilização** e à rede que **drena as águas rapidamente**;
- A existência da **ilha de calor urbano**, causada pela intensa urbanização pode intensificar a gravidade de **eventos extremos**, como chuvas fortes em um curto espaço de tempo;
- Muitos dos **canais estão obsoletos** — não comportam as vazões para as quais foram projetados ou foram projetados para contextos diferentes, menos urbanizados do que o atual — e recebem resíduos sólidos e sedimentos que obstruem a passagem das águas.

Ferramentas que se destacam nas políticas urbanas de gestão das águas pluviais em Belo Horizonte

- **Programa de Recuperação Ambiental Drenurbs (2000):** em sua primeira fase, objetivou a recuperação dos cursos d'água, implantando parques lineares, áreas de convívio social, bacias de retenção, despoluição de cursos d'água e realocação de famílias moradoras de áreas de risco de inundação.
- **Plano Diretor de Drenagem Urbana (2001):** os estudos foram realizados ao nível da bacia hidrográfica, e resultaram em recomendações para a inserção dos cursos d'água na paisagem urbana. Gerou o Atlas da Macrodrenagem e o banco de dados espacial Sistema SIG-Drenagem.
- **Plano Municipal de Saneamento (2001):** um dos instrumentos, atualizado bianualmente, que estabelece diretrizes para a implementação de mecanismos e serviços de saneamento.
- **Gestão de Riscos e Desastres (2006):** ações para a prevenção, mitigação dos riscos e recuperação de áreas impactadas pelas chuvas. Em certas chuvas fortes, ações de contingência são muito importantes, porque o que se tem a fazer é deixar a área inundável.
- **Monitoramento Hidrológico (desde 2011):** equipamentos instalados ao longo das sub-bacias para medição dos volumes de chuva e dos níveis dos cursos d'água, usados na criação de modelos hidrológicos (como este estudo) e nas ações de controle e alerta.
- **Controle na fonte com o uso de infraestruturas verdes e azuis:** previsto desde o Plano Diretor de 2010 e obrigatório para todos os novos empreendimentos desde 2019. A PBH experimentou a implantação de trincheiras de infiltração, valas de retenção, coletores de águas pluviais para aproveitamento e *wetlands*. Atualmente, o município vem implantando dispositivos em áreas públicas, como jardins de chuva nas bacias dos córregos do Nado e Vilarinho.

Ferramentas que se destacam nas políticas urbanas de gestão das águas pluviais em Belo Horizonte

- **Novo Plano Diretor (2019):** instituiu novos parâmetros para preservar e requalificar áreas ambientalmente fragilizadas e para o aproveitamento do solo, atualizando as “taxa de ocupação” e “taxa de permeabilidade”, com o objetivo de garantir áreas drenantes em todos os zoneamentos. Além disso, em áreas de conexões de fundo de vale e Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs), fica estabelecida a proibição da canalização dos cursos d’água.

Os usos e a ocupação do solo urbano regulam a permeabilidade por meio dos parâmetros de ocupação estabelecidos ao longo do tempo na cidade formal. Ainda que, na cidade informal, a ocupação não siga os usos prescritos ou os parâmetros pré-estabelecidos, a ocupação do espaço também influencia no manejo das águas — como a presença ou não de quintais permeáveis e a densidade de ocupação.

- **Política de Gestão de Águas Urbanas e do Risco de Inundações (2020):** medidas estruturais (intervenções físicas), para manejar o escoamento de água superficial, e medidas não estruturais (controle do uso e ocupação do solo, medidas educacionais e sistemas de alerta), para prevenção de alagamentos e riscos em áreas de inundação.
- **Instrução Técnica para Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem Urbana (2023):** incorpora aspectos atuais da legislação e as discussões trazidas pelos programas e planos anteriores na busca da valorização e integração das águas ao ambiente urbano. Padroniza critérios relacionados à drenagem urbana e fornece diretrizes para melhor controle e redução do escoamento pluvial. Na Instrução Técnica, são apresentados os projetos-tipo para reservatórios individuais, trincheiras de infiltração, jardins de chuva e telhados verdes.

Resultados do estudo de cenários

1 cenário atual

A extensão da inundação apontada pelos estudos foi bem maior do que aquela indicada pela “Carta de Inundações de Belo Horizonte” (2009).

2 máxima impermeabilização

Com a impermeabilização máxima da bacia permitida pela legislação, as inundações seriam equivalentes à retirada da bacia de detenção do sistema de manejo das águas pluviais. Assim, fica evidente a importância da preservação das áreas verdes restantes para a redução de enxurradas e das áreas inundadas.

3 sem a barragem Santa Lúcia

A bacia de detenção abranda as cheias na bacia do córrego do Leitão. Importante notar que, ao contrário de outras bacias de detenção construídas no município, a barragem Santa Lúcia tem aspectos espaciais de parque, que favorecem usos múltiplos, lazer, saúde e melhoria do microclima da região.

4 10% infraestruturas verdes e azuis

A implantação de infraestruturas verdes e azuis em 10% das áreas disponíveis não apresenta benefícios hidrológicos expressivos; logo, para se chegar a resultados mais otimistas, é necessário que as técnicas sejam implantadas amplamente por toda a bacia.

5 50% infraestruturas verdes e azuis

6 100% infraestruturas verdes e azuis

A bacia tem potencial para adequar as formas de ocupação e implantar infraestruturas verdes e azuis. Sua implantação em 50% e 100% das áreas disponíveis praticamente eliminaria as inundações.

Conclusões

Ao longo das décadas, **Belo Horizonte** se expandiu a partir de um **modelo de urbanização higienista, já obsoleto**, com a conquista das várzeas (áreas de inundação), o aterramento de nascentes e brejos, a canalização dos cursos d'água e sua transformação em avenidas, a supressão das matas e a intensa impermeabilização do solo. A redução da infiltração das águas de chuva e o aumento da quantidade e da velocidade do escoamento superficial, em momento de emergência climática, são as principais causas dos **alagamentos e enxurradas**, repetidos a cada estação de chuvas e cada vez mais intensos. Este documento apresenta **infraestruturas alternativas para lidar com as cheias**, em uma região localizada na regional Centro-Sul: a bacia hidrográfica do córrego do Leitão. O estudo simula **6 cenários** para comparar a **resposta às chuvas**, 3 deles pessimistas, com a manutenção da lógica atual de urbanização, e 3 deles otimistas, com mudanças de paradigma a respeito da implantação de infraestruturas verdes e azuis.

Observamos que, com a **implantação de infraestruturas verdes e azuis** — como telhados verdes, jardins de chuva, reservatórios, trincheiras de infiltração e pavimentos permeáveis — em **metade das áreas** mapeadas disponíveis, já seria quase possível **zerar as inundações da região**. Além de benefícios hidrológicos como o aumento da infiltração e da evapotranspiração, tais infraestruturas apresentam vantagens ecossistêmicas, econômicas, de qualidade de vida e saúde coletiva, bem como respondem como adaptações às alterações climáticas.

Conclusões

Para **benefícios hidrológicos significativos**, a implantação das técnicas deve ocorrer de **forma ampla** e integrar as **escalas doméstica, comunitária e pública**, sendo a participação e interação entre os diferentes atores e escalas o que viabiliza socialmente as infraestruturas verdes e azuis. A aplicação em escala doméstica ou individual pode ser fortalecida por **benefícios e leis**, seja no nível comunitário, como num condomínio, ou público, como uma **política municipal de pagamento por serviços ambientais** ou de **obrigatoriedade de aplicação das técnicas nas novas e antigas construções**. A esfera pública pode, além de incentivar a aplicação por terceiros e implantar essas técnicas nas áreas públicas, incluir alternativas para diversificar o **repertório técnico** das estruturas de drenagem disponíveis na cidade.

A Prefeitura de Belo Horizonte já possui políticas e ferramentas para a execução dessas alternativas, como o **Plano Diretor** (2019) e a “**Instrução técnica para elaboração de estudos e projetos de drenagem**” (2023). Apesar da resistência política à sua efetivação, e da velocidade de implantação ser muito menor do que aquela exigida em um momento de emergência climática, esperamos que este documento possa contribuir no debate público acerca do convívio com as chuvas no município.

Como transformar o cenário de inundações em Belo Horizonte?

Organização

André Siqueira de Mendonça
Deyvid Wavel Barreto Rosa
Elisa Porto Marques
Isabela Oliveira Izidoro
Roberto Rolim Andrés

Texto

Deyvid Wavel Barreto Rosa
Isabela Oliveira Izidoro

Diagramas, mapas e fotomontagens

Ana Carolina da Silva Oliveira
André Siqueira de Mendonça
Isabela Oliveira Izidoro
Juliana Rodrigues Soares
Maria Clara Ribeiro Moreira

Projeto gráfico e diagramação

André Siqueira de Mendonça
Isabela Oliveira Izidoro

Revisão de conteúdo

André Siqueira de Mendonça
Roberto Rolim Andrés

Revisão textual

Thamy Veloso

Lembra: isto é rio

Projeto de extensão
Megafone das lutas socioambientais

Coordenação geral

Roberto Rolim Andrés

Coordenação e pesquisa

André Siqueira de Mendonça
Elisa Porto Marques
Isabela Oliveira Izidoro

Extensão e pesquisa

Ana Carolina da Silva Oliveira
Juliana Rodrigues Soares
Maria Clara Ribeiro Moreira

Consultoria histórica

Alessandro Borsagli

Apoio técnico-administrativo

Fábio Gustavo da Silva Souza
Fernando Antônio De Sousa Alvarenga

C735 Como transformar o cenário de inundações em Belo Horizonte? Estudo de alternativas para a vida na cidade com implantação de infraestrutura verde e azuis [recurso eletrônico] / Organização André Siqueira de Mendonça, Deyvid Wavel Barreto Rosa, Elisa Porto Marques, Isabela Oliveira Izidoro, Roberto Rolim Andrés. - Belo Horizonte: Escola de Arquitetura UFMG, 2024.

1 recurso online (25p. : il.).

Projeto de extensão Lembra: isto é rio.

1. Inundações. 2. Políticas urbanas. 3. Planejamento regional. 4. Belo Horizonte (MG). I. Mendonça, André Siqueira de. II. Rosa, Deyvid Wavel Barreto. III. Marques, Elisa Porto. IV. Izidoro, Isabela Oliveira. V. Andrés, Roberto Rolim. VI. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. VII. Título.

CDD 711.40981511

realização:

**lembra:
isto é rio**

Escola de
Arquitetura

UFMG

apoio:

